

Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo

Lúcio Flávio de Almeida e Félix Ruiz Sánchez***

Resumo:

Apresentamos alguns elementos introdutórios para a análise do MST, especialmente no que se refere às perspectivas de suas lutas contra o neoliberalismo.

Já se afirmou que história é mais criativa do que as teorizações que elaboramos sobre ela, inclusive sobre o seu próprio fim. No Brasil dos anos 90, o MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra — parece contribuir para mostrar que ela nos preparou mais uma surpresa.

País onde ocorreu uma das mais elevadas taxas de crescimento econômico ao longo do século XX, já em 1940, o valor da produção industrial superava o da agrícola, embora a fonte de acumulação fosse principalmente a produção cafeeira e o núcleo da acumulação capitalista fosse o capital mercantil-financeiro. Neste processo, a urbanização se intensificou e, ao longo dos anos 60, a população rural se tornou minoritária. O desenvolvimento do capitalismo no campo, que se acentuou após o golpe de 1964, colocou em relevo o novo proletário agrícola — o “bóia-fria” — reforçando as posições, no seio da esquerda, que negavam, bem antes de Eric Hobsbawm “constatar” o desaparecimento do campesinato, que a luta pela terra ainda fosse relevante ou — pior — progressista, na formação social brasileira.

No Brasil, como em outros países dependentes, a análise das potencialidades de luta revolucionária rural — a começar pelos objetivos que ela viria a perseguir — girou principalmente em torno da existência ou inexistência de relações de produção feudais no campo. Os que defendiam a tese do feudalismo apostavam no caráter revolucionário das lutas camponesas, por diferentes razões. Uns consideravam que, ao lutarem pela

* Dep. de
Política da
PUC-SP;
membro do
Neils.

** Dep. de
Sociologia da
PUC-SP;
membro do
Neils.

1. Por outro lado, não se deve ignorar as graves limitações deste movimento operário, a começar pelo seu fracasso em se libertar totalmente da velha estrutura sindical corporativista herdada dos anos 30. No plano político, apesar de sua extraordinária importância, foi incapaz de quebrar a hegemonia da oposição burguesa na luta contra a ditadura militar. Sobre as greves no ABC e o surgimento do "novo movimento operário, Antunes (1988) e, sobre os limites que a estrutura sindical impõe às lutas dos trabalhadores no Brasil, Boito Jr. (1991).

2. Com a criação da CUT, em 1983, consolidou-se uma divisão no movimento sindical brasileiro, abrindo caminho para a criação de mais duas outras centrais sindicais: a CGT, em 1985, e a Força Sindical, em 1991.

reforma agrária, os camponeses combateriam as forças mais conservadoras da política brasileira, contribuiriam para a ampliação do mercado interno e, com isto, para o desenvolvimento de um capitalismo sustentado em bases nacionais. Neste sentido, os camponeses eram vistos como uma força importante na luta pela revolução democrática e antiimperialista. Outros achavam que a luta camponesa poderia alavancar uma passagem mais direta ao socialismo, mesmo que fosse no decorrer de um processo que, embora marcado por etapas, seria ininterrupto e dirigido pelo proletariado (ou pelo partido que se considerava representante do proletariado). O pressuposto assumido pela quase totalidade dos debatedores era que, se as relações de produção no campo já fossem predominantemente capitalistas, a questão agrária — e, com ela, a luta pela terra — tenderia a perder importância. A derrota das esquerdas hegemônicas pelo Partido Comunista Brasileiro — bastante identificado com as teses sobre a presença do feudalismo no campo brasileiro — e o surto de desenvolvimento capitalista ocorrido principalmente durante o "milagre brasileiro" (1969-1973) contribuíram para reforçar a impressão de que a questão agrária no Brasil deixara de ser politicamente relevante.

O padrão assumido pelas lutas populares contra a ditadura militar a partir dos anos 70 reforçou ainda mais esta posição. Apesar da importância das lutas rurais, apoiadas principalmente pela ala progressista da Igreja Católica, os movimentos de massa mais politizados e que se chocaram mais eficazmente contra o regime foram sobretudo urbanos: movimento estudantil, movimentos contra a carestia e, principalmente, a partir de 1978, no coração do novo parque industrial que era o maior orgulho da ditadura militar, o chamado "novo movimento operário". Em suma, a outra face do "milagre" brasileiro vinha à tona: grandes massas urbanas carentes de atendimento às suas necessidades básicas e, acima de tudo, um forte e jovem movimento operário, em que inúmeras lideranças escapavam do velho padrão populista de vinculação com o Estado.

Com a greve deflagrada em uma unidade da Scania-Vabis, na cidade industrial de São Bernardo do Campo, iniciou-se uma das mais importantes ondas de lutas operárias da segunda metade do século XX. Apesar de todo o aparelho repressivo existente, realizavam-se assembleias com dezenas de milhares de participantes, a ditadura foi colocada na defensiva, a oposição burguesa ao regime foi obrigada a incorporar reivindicações operárias (como o direito de greve) e estas lutas adquiriram, em vários lugares, um caráter explicitamente classista.¹ Este novo empuxe das lutas operárias foi o principal responsável pela criação de uma combativa central sindical, a CUT — Central Única dos Trabalhadores² — e do Partido dos Trabalhadores.

A importância desta ascensão do movimento sindical e político dos trabalhadores brasileiros adquire maior relevo quando levamos em consideração que, no plano internacional, os anos 80 foram marcados pelo declínio dos sindicatos e dos partidos políticos, principalmente os de base operária e que, no Brasil, à semelhança do que ocorreu em outros países do continente, a economia entrou em profunda recessão, combinada a altos índices inflacionários (a chamada "estagflação").

Tempos difíceis

É provável que as eleições de 1989 tenham marcado o apogeu das lutas iniciadas 11 anos antes. A partir daí, inclusive devido a brutais alterações no panorama internacional, foi o refluxo. A fragilidade do campo da esquerda tornou-se cada vez mais evidente.

A tranqüila vitória de FHC, em 1994, mostrou que o bloco burguês havia se recomposto e que o campo operário e popular, mais uma vez representado pela candidatura de Lula, incapaz de assumir uma posição clara diante de um simples plano de estabilização monetária (o Plano Real), não oferecia, ao menos para o momento, maiores riscos. Hoje, o movimento sindical brasileiro se encontra em uma posição nitidamente defensiva, refluindo para o corporativismo. Em nome da defesa de seus interesses mais imediatos, algumas categorias chegam a apoiar, obviamente frente a outras, a implementação políticas neoliberais. O maior partido da esquerda, o Partido dos Trabalhadores, apesar do enorme potencial de lutas das quais poderia ser o desaguadouro quase natural, se encontra dividido e desorientado, com grande parte de suas lideranças apostando tudo na luta eleitoral e procurando, por diversos meios, mostrar-se confiável frente às classes dominantes.

Neste contexto, aumentam as mazelas deixadas por séculos de uma das explorações de classe mais ferozes do planeta. Último país a abolir a escravidão, o Brasil não somente não resolveu a questão agrária "tradicional" como agrega a ela os desempregados produzidos pelo atual processo de transnacionalização do capitalismo (a chamada "globalização"), inclusive ex-proprietários de terra recém-expropriados devido à impossibilidade de saldarem suas dívidas para com os bancos. A estrutura fundiária é extremamente concentrada: 0,03% dos estabelecimentos agrícolas possuem 15% (56.287.168 ha.) da área total (376.286.577 ha.); somados aos 0,8% seguintes, controlam 38,15 das terras; se acrescentamos os 9,0 seguintes, temos 9,11% dos estabelecimentos abocanhando 78% da área total. No outro extremo, 53,07 dos estabelecimentos controlam apenas 3% desta área³. Cem anos após o massacre de Canudos, o Estado brasileiro, sob a batuta de um governo que se apresenta como social-democrata e modernizador, sacramenta a exclusão social, explicitando que nada tem a fazer frente a milhões de "inempregáveis"⁴.

Tudo isto contribui para que o Brasil seja um manancial inesgotável de lutas sociais. Quando parece arrefecer a onda de lutas que, nos anos 80, teve como principal empuxe o movimento operário e quando alguns autores chegam a afirmar que, finalmente, se constituiu, via neoliberalismo, uma hegemonia burguesa no país, aflora, com surpreendente intensidade, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Origem do MST

Embora os fortes impactos que tem produzido só agora se tornem públicos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra não é tão novo como parece. Ele é a expressão combinada de, pelo menos, três importantes

3. Fonte: IBGE (Censo Agropecuário) 1985. Existem 264

propriedades com extensão maior do que 100.000 ha..

No total, controlam 32,5 milhões de ha. O MST também argumenta, com base em dados do IBGE, que "de todas as terras que têm dono no país, apenas 14% são utilizadas na lavoura e 48%...são destinadas à pastagens".

Como se sabe, a pecuária é freqüentemente utilizada para "maquiar" propriedades improdutivas.

4. Reportando-se aos dados do Incra – Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária, matéria da revista *Veja* (n. 1491, 16/4/97) considera-os "assombrosos": 1% dos estabelecimentos cadastrados (35.083 propriedades) "ocupam 153 milhões de hectares". Na hipótese de que "cada uma dessas propriedades tenham um dono diferente, o que está longe de ser verdade, é como se apenas 35.083 pessoas ocupassem uma área igual à soma dos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria. É sobre este mapa da insensatez que os sem-terra marcham".

processos. Um deles foi modernização capitalista de fortes traços conservadores que dominou a agricultura brasileira nas décadas de 60 e 70 e aguçou os conflitos agrários, principalmente nos estados de São Paulo e no Sul do país, onde surgiu o embrião do movimento. Em segundo lugar, merece destaque a ação pastoral dos cristãos ligados à Teologia da Libertação e sua convergência, na conjuntura brasileira, com o ideário de setores da esquerda marxista. A origem do MST está estreitamente vinculada à emergência do "novo sindicalismo", dos movimentos sociais urbanos das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), bem como do próprio PT no final da década de 70.

O terceiro processo remonta ao conjunto de experiências organizativas acumuladas pelos trabalhadores rurais nas décadas que precederam o golpe de 64 e que não foram, ou foram incorporadas (total ou parcialmente) pela organização sindical que emergiu depois. Embora tenham sido derrotadas pela ditadura militar, as experiências das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabss) são referências freqüentemente destacadas pelos próprios dirigentes do MST. Todavia, durante a crise prolongada deste regime, os camponeses encontrariam uma nova forma de luta que viria a ser a principal característica deste movimento: a ocupação de terras, de modo organizado, por um grande número de famílias.

Em contraste com o já mencionado institucionalismo, os integrantes do MST recorrem a uma imensa variedade de formas de lutas. Ocupam órgãos públicos, fazem greves de fome, passeatas nas grandes e pequenas cidades, marcham ao longo das rodovias (as "caminhadas"), propõem jornadas nacionais a outras forças políticas (Navarro, 1997; Stédile, 1997).

Como relata um documento produzido pelo MST, a primeira coordenação provisória, reunindo representantes de cinco estados do Centro-Sul (RS, SC, PR, SP e MS) foi criada em janeiro de 1983. Em janeiro do ano seguinte, na cidade de Cascavel (Estado do Paraná), os participantes das ocupações de terras realizaram um primeiro encontro, com representantes de 16 estados, no qual deram "nome e articulação própria ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST)" (MST, 1997).

A estrutura do MST

Segundo dados fornecidos por sua própria direção, o MST está organizado em 22 Estados do Brasil. Pesquisa realizada pela revista *Veja* revela que, "nos acampamentos, as fileiras do MST são formadas, numa maioria de 60%, por agricultores arruinados, mas também por trabalhadores sem perspectiva, servidores desiludidos. O que a cidade lhes oferece é desesperança, desagregação familiar, empregos humilhantes ou desemprego. A alternativa buscada por quem foi parar num acampamento é outra – um pedaço de terra que lhe garanta o sustento". Já entre os assentados, grande parte "se organiza em torno de cooperativas de produção, que já somam 55 associadas às centrais ligadas à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab)" (*Veja*, 1491: 35).

Os documentos do MST insistem em que o tipo de cooperativa que visam construir, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), é diferente do cooperativismo tradicional. A cooperativa proposta pelo MST (uma cooperativa de oposição) deve ter um duplo caráter: econômico e político. Como empresa econômica, deve ser gerida com eficiência, de modo a garantir o desenvolvimento do padrão de vida dos assentados, mas sem criar obstáculos para o trabalho político. Este consiste em “atuar na organização política dos assentamentos, na conscientização e politização da base”, na “mobilização social” e na articulação das “lutas econômicas e políticas” e na contribuição para o Setor da Frente de Massas”. Para os dirigentes do MST, “sempre haverá uma contradição entre as duas faces do SCA: fazer a luta política e ser uma empresa econômica” (...). O desafio é buscar continuamente a superação, que necessariamente levará a uma nova contradição” (Concrab, 1997: 11-12). Entre os objetivos sócio-políticos do SCA está sua constituição em “uma forma de resistência ao capitalismo”; “transformar a luta econômica em luta política e ideológica”; “acumular forças para a transformação da sociedade”; e “contribuir para a construção do homem novo e da mulher nova”, ou seja, “pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas umas com as outras” (Concrab, 1997: 13).

Cada acampamento ou assentamento estabelece suas próprias regras, mas, em geral, o órgão soberano é a assembléia. A espinha dorsal dos assentamentos e do SCA é constituída pelos núcleos de base ou núcleos de produção. Os representantes dos núcleos formam a direção do assentamento. Além disso, devem ser criados imediatamente um grupo de mulheres e um grupo de jovens e combinados datas e local das assembleias do assentamento. Os princípios que norteiam a direção do assentamento são a direção coletiva, a divisão de tarefas e funções, o profissionalismo, a polivalência, a disciplina, o planejamento, a vinculação com as massas, a crítica e a autocrítica e o centralismo democrático (Concrab, 1997:54-55).

Todo assentamento ou agroindústria paga um “imposto” de 2% à coordenação estadual do movimento. João Pedro Stédile, um dos principais dirigentes do MST, afirma que “as coordenações fazem contribuições voluntárias à direção nacional”. Ainda segundo Stédile, a cada dois anos, “um encontro nacional de 180 delegados (...) elege a direção de 20 integrantes. Desses, quinze participam diretamente das ocupações e assentamentos, de acordo com nossa linha de manter os líderes ligados à base. Só cinco nomes são públicos, entre eles eu, o José Rainha e o Gilmar Mauro” (Stédile, 1995: 12 e 11).⁵

Em um texto elaborado em 1996, Stédile, ao elencar os princípios organizativos do MST, cita, em primeiro lugar, exatamente a “vinculação permanente com as massas”. Os demais são a luta de massas; a divisão de tarefas; a direção coletiva com divisão de responsabilidades; a disciplina; a formação de quadros; e o desenvolvimento de uma “mística”, ou seja, de um conjunto de rituais e de símbolos que estimulem a esperança em sociedade justa e fraterna (1997: 104-105).

5. Uma descrição mais detalhada da “forma de organização” e da “estrutura” do MST pode ser encontrada no excelente livro de Fernandes (1996:82-3).

6. O documento mais freqüentemente mencionado em favor do bom desempenho dos assentamentos rurais é "Relatório da FAO", publicado em 1992 e resultante de um convênio feito pelo Ministério da Agricultura e aquele órgão da ONU. Uma crítica a este relatório, no contexto do combate à tese de que os assentamentos rurais apresentam, no Brasil, resultados satisfatórios, é feita por Navarro (1997:128). As imensas desigualdades entre os assentamentos devem-se a uma série de fatores. Por exemplo, diferenças culturais, geo-econômicas e de estágio de desenvolvimento dos próprios assentamentos. Estas desigualdades são reconhecidas publicamente pelos próprios dirigentes do MST.

7. MST, "Elementos fundamentais para a história do MST".

Diversas pesquisas, mesmo apresentando sérias limitações⁶, detectam elevação da renda média dos assentados, especialmente onde se desenvolvem atividades agro-industriais. Porém, os dirigentes do MST insistem em que não se preocupam apenas com a elevação do poder aquisitivo dos assentados, mas também com a formação educacional e política. Um destaque especial é conferido às atividades educacionais, que, para estes dirigentes, não deve se confundir com simples escolaridade. Existem mais de 38 mil estudantes e "cerca de 1.500 professores diretamente nesse projeto de uma nova educação. Além dos cursos regulares, o MST promove cursos e atividades de capacitação beneficiando cerca de três mil pessoas todo ano. Entre eles estão os cursos de magistério e o técnico em administração de cooperativas, em nível de segundo grau"⁷.

O velho e o novo (ou a terceira face do "milagre brasileiro")

Observe-se que o aparente ar de mistério que envolve as atividades do MST pode induzir a um equívoco no sentido de exagerar sua novidade cronológica ou mesmo política. Paradoxalmente, o MST parece novo justamente por não haver abandonado, mas, ao contrário, desenvolvido criativamente, algumas características que marcaram os movimentos sociais que afloraram no Brasil desde a segunda metade dos anos 70, no bojo da referida crise prolongada do regime.

Os "sem-terra" são, em larga medida, um dos frutos mais característicos do processo de modernização conservadora do campo brasileiro. Processo que, por sua vez, é parte do desenvolvimento de relações capitalistas no setor agrário de uma sociedade cuja revolução burguesa tem sido assimilada à "via prussiana" ou à "revolução passiva". Como se viu, são recorrentes as denúncias de trabalho escravo no campo praticado não apenas em pretensos bolsões de "pré-capitalismo", mas por setores que se vinculam aos segmentos "avançados" e "hipermodernos" do capital industrial e financeiro.

A política da ditadura militar, especialmente durante o "milagre econômico", reorganizou as relações sociais no campo na perspectiva de uma maior integração da agricultura ao ciclo industrial. Desde os anos 60, ocorreu um paulatino processo de industrialização da agricultura, de progressiva "purificação" das relações sociais (Silva, 1987), de subordinação real do trabalho ao capital, de destruição da agricultura familiar. Essas tendências estão na base do acelerado processo de urbanização da sociedade brasileira, de transformação da população num contingente excedentário, expropriado do acesso à terra e transformado em bóias frias, assalariados urbanos, pobres e marginalizados. Na década de 80, esta onda modernizadora foi mais significativa na região sul e no estado de São Paulo e foi a base mais imediata do surgimento do MST. Mas, embora fundamental, não foi o único fator.

Quase no outro extremo do país — nas regiões de fronteira agrícola do norte, especialmente na bacia amazônica — surgiram outros condicionantes

da emergência de movimentos sociais no campo — principalmente relacionados com a posse da terra. A política agrária implementada pela ditadura militar (1964-85) favoreceu a aceleração do desenvolvimento capitalista no campo por intermédio da adoção de medidas de estímulo ao grande capital na agricultura e à concentração da propriedade da terra. E ao crescimento dos conflitos pela posse da terra a ditadura contrapunha a lógica da militarização da questão agrária.

A constituição dos CAI's (Complexos Agroindustriais), que tal processo ensejou, ocorreu a partir da articulação de três elementos fundamentais: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura moderna propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas contempladas por generosos incentivos governamentais (Silva, 1987). A consolidação desse processo se completou no início dos anos 80, representando uma nova configuração dos interesses agrários, industriais e financeiros.

O despotismo senhorial, legado atávico do escravismo e das formas compulsórias de sujeição do trabalho sobreviveu sob a roupagem modernizada. Assassinatos de trabalhadores rurais e de lideranças pelo conluio dos órgãos de repressão do Estado com os interesses da grande propriedade fundiária foram uma constante nos anos 70 e 80 e continuam ocorrendo ao longo dos 90. A combatividade e a firmeza demonstradas pelo MST têm contribuído para a maior repercussão (inclusive na mídia) destes conflitos junto às populações urbanas. Em consequência, vem a público o que sempre foi uma rotina na sociedade brasileira: a violência no campo.

Também expressando o crescente dinamismo do MST, a geografia dos conflitos rurais sofreu alterações. Continuaram ocorrendo em maior número no Nordeste, mas "o Norte, pela primeira vez em muitos anos, ficou atrás do Sudeste e do Centro-Oeste", o que significa que "os conflitos, ainda que permaneçam em áreas de expansão, passam a se deslocar para as mais modernizadas".⁸ Isto é comprovado também pelos estados onde ocorreram mais conflitos em 1995: primeiro, Minas Gerais; com São Paulo e Bahia em segundo.

As vitórias obtidas pelo MST são inegáveis: entre 1986 e 1996, ele contribuiu para que 145 mil famílias conquistassem, via assentamento, terra no Brasil, ocupando uma área de 4.8.070.172 ha.⁹ Em 30 de junho de 1997, estes números haviam aumentado. Mais 12.512 famílias foram assentadas em áreas que somam 48.883 ha (MST, 1997).¹⁰ Todavia, o exame dos dados fornecidos pelo próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revela a existência, em 1985, de uma área ociosa de 81.818.014 ha. Ainda há muito o que ser feito (MST, 1988).

O mais importante é que o ano de 1997 terminou com o balanço de duas vitórias políticas contra um governo que parecia onipotente diante das classes populares brasileiras. Uma delas é de extraordinária importância ideológica: a imensa maioria da população brasileira tem se manifestado, inclusive por intermédio de pesquisas de opinião, inequivocamente a favor da reforma agrária¹¹.

8. "Conflitos no campo – Brasil 1995", *Folha de São Paulo* 30/6/96.

9. As fontes são do Incra e do MST.

10. Neste mesmo relatório, o MST também chama a atenção para o crescimento das ocupações espontâneas.

11. Entre 6 e 10 de março de 1996, o Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública realizou, por encomenda da CNI – Confederação Nacional da Indústria – uma pesquisa que teve resultados extremamente favoráveis ao MST: 94% dos entrevistados concordavam que o MST deveria lutar pela reforma agrária; 88% concordavam que o governo deveria confiscar as terras improdutivas e distribuí-las aos sem-terra; 77% consideravam a invasão de terras um ins-

trumento de luta importante, desde que não houvesse violência ou mortes; em contrapartida, 21% achavam que os proprietários de terra deveriam tentar evitar as invasões, mesmo que precisassem usar armas.

Até então, o governo adotara, com bastante êxito, a política do confronto direto com os trabalhadores. Assim agiu, por exemplo, ao enfrentar os petroleiros, quando estes entraram em campanha por reajuste salarial, razoavelmente otimistas em relação ao cumprimento de acordos feitos com o próprio antecessor de FHC, Itamar Franco. O governo conferiu aos seus preparativos um caráter militar, criando uma versão latino-americana do thatcherismo anti-sindical. Estocou petróleo, escolheu meticulosamente o momento do confronto e chegou a ocupar militarmente refinarias, detendo funcionários no interior delas, isolando-os de qualquer contato com o mundo exterior e obrigando-os a trabalhar em funções consideradas estratégicas para o prosseguimento da produção. Apesar das negativas públicas dos líderes sindicais, a vitória do governo foi acachapante e serviu de intimidação para outras categorias de trabalhadores.

Com o MST, o governo não podia adotar a mesma política, até porque o massacre de sem-terra, em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, tivera péssima repercussão dentro e fora do país. Nem os principais políticos conservadores apoiaram a chacina que, ao contrário, foi largamente noticiada pelos órgãos de comunicação (inclusive os mais oficialistas) com um tom abertamente favorável ao MST. A estratégia do governo consistiu claramente em se apresentar como defensor de uma política agrária racional e tentar isolar as principais lideranças do movimento, atribuindo-lhes um caráter sectário, intransigente e retrógrado.

A resposta do MST foi brilhante: ao invés de se encolher, partiu para a contra-ofensiva e programou uma caminhada que duraria dois meses (em média, 20 km por dia) até chegar à capital federal um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás.

A caminhada, que recebeu o nome de "Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça", emocionou quase todo o país, garantindo espaço quase diário para o MST nos meios de comunicação. A presença de grupos de caminhantes ao longo das rodovias, calçando rústicas sandálias, marchando, de vários pontos de origem,¹² em direção a Brasília, além de inusitada, parecia quixotesca. A primeira grande pergunta era se conseguiriam chegar ao local de destino. Setores governistas apostavam que não. Como garantir assistência médica, alimentação e hospedagem ao longo do trajeto? Como garantir a disciplina de todos? Como seriam os contatos com as comunidades por onde passariam e, principalmente, onde acampassem?

12. Houve a marcha sudeste, que partiu de Governador Valadares (Minas Gerais); a marcha sul, proveniente de São Paulo; e a marcha oeste, que começou em Rondonópolis (Mato Grosso).

Cada uma dessas questões resultou em uma vitória para a marcha. Os mais velhos não apenas demonstraram extraordinária resistência e otimismo como declararam que participar do MST lhes devolvia a felicidade de viver. O apoio logístico funcionou a contento. O exemplo de disciplina repercutiu positivamente nas populações dos 253 municípios do interior por onde passaram os caminhantes. Foram freqüentes os contatos com crianças e adolescentes, em geral preparados por professores das escolas de primeiro e segundo graus. Também aconteceram visitas dos estudantes, acompanhados de seus respectivos professores, ao locais onde os

participantes da marcha estavam alojados. Tudo isto contribuiu não apenas para aumentar a simpatia pelo movimento como para que se questionassem os conteúdos ensinados nas escolas. Neste particular, a conclusão era quase a mesma: era preciso estudar melhor a realidade brasileira.

No que se refere às crianças, os caminhantes não somente resolveram muito bem os seus problemas, como, nas imediações de Catalão (sul de Goiás), adotaram um bebê abandonado. Desta forma, sinalizaram a existência (e a solução) de uma das maiores chagas sociais do país: a situação de miséria e abandono físico e moral em que se encontram milhões de menores no Brasil.

A cada dia aumentava a convicção de que os caminhantes “chegariam lá”, o que, além de aumentar a simpatia de crescentes setores da população, desativou as últimas restrições que as lideranças políticas profissionais faziam ao movimento. Este se tornou, por algum tempo, quase uma espécie de unanimidade nacional.

Obviamente, as interpretações do sentido da caminhada expressavam diferentes posições político-ideológicas. A política dos dirigentes do MST foi a de acolher todos os apoios possíveis. Em resposta a Cardoso, que acusara políticos da esquerda de estarem “pegando carona” na marcha, afirmaram estar orgulhosos “da companhia solidária desses combatentes” (MST, 1997).

De sua parte, o MST, após a chegada triunfal a Brasília, teve a habilidade política de não conferir nenhuma importância especial a Cardoso. A própria audiência com o presidente da República foi considerada um evento menor. Afinal — argumentavam os dirigentes do movimento — “o principal objetivo da marcha era abrir canais de comunicação com a sociedade”. E, ao “ouvirem a sociedade”, descobriram que “as pessoas da cidade” também sofrem duramente os efeitos da política de um governo que só atende aos interesses “das elites e dos grandes grupos econômicos internacionais”. A marcha “contagiu a sociedade com o sonho de que é possível mudar esta realidade. E demonstrou que os excluídos de qualquer benefício econômico, social ou político não estão vencidos. Há disposição e vontade de luta. Por onde passamos, deixamos um rastro de esperança” (MST, 1997). A respeito da audiência que tiveram com FHC, fizeram questão de lembrar, jocosamente, que sempre afirmaram que a audiência “com as autoridades é como a súmula de um jogo de futebol. Ela não determina o resultado, apenas registra o placar estabelecido no campo. O jogo foi a marcha. A chegada a Brasília e a manifestação da sociedade foi a comemoração. Os sem-terra, a classe trabalhadora e os que se opõem à política neoliberal deram uma goleada no governo FHC”. E para reiterar, mais uma vez, que não se preocupam apenas com medidas pontuais sobre a reforma agrária, reafirmavam que a política neoliberal prejudica todo o povo e, por isto, levaram à audiência com Cardoso “representantes dos artistas, da igreja, do sindicalismo, do movimento das mulheres e dos povos indígenas” (MST, 1997).

A realização da marcha, bem como suas repercussões, além de romperem o perigoso cerco que o governo procurava impor ao MST, constituíram a primeira grande derrota que um movimento oriundo das classes populares impôs à política neoliberal implementada pelo Estado brasileiro. Restar saber se, para retomar a metáfora usada pelos próprios dirigentes do MST, a vitória nesta partida é capaz de alterar os rumos de um campeonato onde a direita ainda ocupa posições de folgada liderança.

A avaliação de que o governo sofreu uma séria derrota é encampada por *Veja*, a principal revista semanal do Brasil, que dedicou duas matérias de capa sucessivas à marcha dos sem-terra." Por outro lado, a principal autoridade em questão agrária no Brasil, o sociólogo José de Souza Martins, extremamente respeitado por seus estudos e por seu apoio prático às lutas populares que se travam no campo, considera que a marcha foi uma faca de dois gumes: fragilizou tanto o governo como o próprio MST, pois este "não foi dialogar com o governo, mas questioná-lo em seu conjunto", sem apresentar nenhuma reivindicação concreta, fez "muita ironia sem apresentar um projeto". E Martins lança a pergunta qual "o sentido de fazer uma marcha a Brasília, com uma enorme mobilização da opinião pública, se de fato não se tem proposta nenhuma?" Para Martins, "os grupos de oposição a Fernando Henrique Cardoso, em geral os grupos de esquerda, como a Igreja e o PT (...) estão instrumentalizando excessivamente a questão da reforma agrária para viabilizar o próprio antagonismo", o que é um grande equívoco. Logo, para o autor, o MST precisa rever urgentemente "suas metas, suas estratégias, sua prática e sua luta (...)" (1997: 81-2).

13. Neste sentido coincidem, embora partindo de pressupostos teórico-políticos opostos, as conclusões tiradas pelos editorialistas do maior jornal do Brasil, a *Folha de S. Paulo*, para quem não cabe ao governo negociar com o MST, mas "administrá-lo", e do sociólogo James Petras (1996, 1997) entusiasta do potencial revolucionário das novas lutas camponesas latino-americanas, em especial as conduzidas pelo MST.

Alcances e limites do MST

Existe um grande debate, à esquerda e à direita, acerca da natureza e do alcance das propostas do MST. Para uns, a proposta de reforma agrária em um mundo globalizado é um imenso arcaísmo tanto do ponto de vista econômico como social. Para outros, mesmo se tratando de uma proposta economicamente inadequada, ela se justifica pelos seus efeitos imediatos sobre o padrão de vida de milhões de famintos. Neste sentido, a luta pela reforma agrária é apresentada como um meio (talvez o único) para a conquista da cidadania por milhões de "excluídos". Enfim, existem os que julgam que o projeto prático do MST é francamente revolucionário, não se limitando à simples realização de uma reforma agrária nos marcos do sistema capitalista¹³.

É comum encontrarmos nos documentos produzidos pelo MST ora a segunda, ora a terceira posição, ora uma mistura de ambas. No *Caderno de Formação no. 23 (Programa de Reforma Agrária)*, é afirmado, na página 21, que "todo processo de organização e desenvolvimento da produção no campo deve levar em conta a supremacia do trabalho sobre o capital. Deve-se buscar a eliminação de todas as formas de exploração e de opressão". Outros documentos são mais explícitos na definição de um projeto socialista. Em "A reforma agrária necessária", publicado na *home page* do MST, é

afirmado que "essa proposta de reforma agrária é parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção". Neste documento, um verdadeiro programa de transformação social, afirma-se que "a correlação de forças existentes atualmente em nossa sociedade favorece as classes dominantes que controlam o governo e as leis. Os interesses dos latifundiários, da burguesia e do capital estrangeiro possuem ainda uma enorme força para manter por muito tempo a atual situação".

Outros textos são mais abrangentes, recorrendo a idéias-força como "sociedade", "cidadania" e "nação". É o caso de uma análise, publicada na mesma *home page*, "Continuamos em marcha contra o neoliberalismo". Segundo os autores do documento, é preciso que a população seja "beneficiária da riqueza que produz", construir "um Brasil para o povo brasileiro; enfim, construirmos uma nação". No último parágrafo, é afirmado que "nós, do MST, continuaremos a nos organizar e a lutar pela reforma agrária. E estaremos presentes em todos os assuntos que dizem respeito ao futuro de nosso país. É um direito de cidadania. Saberemos exercê-lo." Na mesma *home page*, em um outro documento, "Manifesto dos Sem-Terra ao povo do Brasil", denuncia-se a política do governo FHC, que "beneficia o capital estrangeiro e o sistema financeiro" e produz "o desemprego, a falência da indústria nacional e da agricultura". À primeira vista, fica a impressão de que, para o MST, não existem bases internas de sustentação da política do governo brasileiro (por exemplo, o grande capital oligopolista). No entanto, ao fazer sua conclamação à luta, os autores do documento são mais seletivos: dirigem-se aos "trabalhadores, intelectuais, pequenos empresários, aposentados, donas-de-casa e estudantes", afirmando que "todos precisamos nos unir para construir um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. Um projeto do povo brasileiro"¹⁴.

Não se deve menosprezar as diferenças de perspectivas entre as lideranças do movimento, entre as direções e as bases e mesmos no interior destas últimas¹⁵. Às vezes, o mesmo personagem emite considerações que, comparadas às que formulou anteriormente, podem parecer surpreendentes. O próprio J. P. Stédile, apresentado por diversos meios de comunicação como um marxista, já se classificou como marxista e cristão e afirmou, em entrevista recente, lutar para construir "um homem novo, capaz de produzir mercadorias, que garanta o futuro para sua família e que se integre nos benefícios da sociedade como um todo".¹⁶

Talvez o melhor leque da diversidade de perspectivas presentes no interior do MST esteja no primeiro número da revista *Sem Terra* (jul-ago-set/98). O editorial apresenta a reforma agrária como uma causa "de todos os brasileiros e brasileiras", pois afeta a todos não somente no plano material, mas também no ético, pois tem a ver com a preocupação de "construir uma nação livre, rica e justa. Uma nação de cidadãos, sem excluídos". A necessidade de construção de "um projeto nacional efetivamente novo" é

14. Os destaques estão no original.

15. Segundo pesquisa publicada pela *Folha de S. Paulo* (30/6/96), a maioria dos acampados é a favor da propriedade privada. Todavia, até porque a metodologia da pesquisa não foi revelada em seus detalhes, estes dados devem ser considerados com alguma cautela. Mesmo sem querer entrar no espinhoso debate acerca das relações entre consciências "de classe" e "empírica", os autores da matéria parecem ignorar que 100% dos entrevistados participam de um movimento que, em termos práticos, "relativiza" bastante o respeito à propriedade privada.

16. "O MST e a questão agrária: entrevista com

João Pedro Stédile", *Estudos Avuçados*, 31, 1997. Na mesma entrevista (p. 84), Stédile revela um surpreendente respeito pela grande propriedade privada "produtiva": "Ora, se o sujeito é grande proprietário, vamos supor, de mil hectares, mas produz, ele já está cumprindo a função social daquele bem da natureza para a sociedade".

constraposta "ao modelo econômico adotado pelo capital internacional e aplicado no Brasil pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Apesar da heterogeneidade de perspectivas característica do MST, parece-nos inegável o potencial de antagonismo de aspectos do programa (e sobretudo da prática) deste movimento com o capitalismo brasileiro.

Considerando-se que o objetivo central do movimento é a luta pelo acesso à terra por um contingente calculado em mais de 4 milhões de famílias, uma das grandes novidades que as experiências de luta e de organização do MST introduziram foi o projeto de uma luta política pela conquista da terra e também com a terra já conquistada. É justamente ao articular o que chama "a luta pela terra com a luta na terra" que o MST sinaliza um extraordinário potencial de confronto com o capitalismo. Neste sentido, para além de alguns aspectos do seu eclético programa, ou mesmo das heterogeneidade de suas direções políticas e de suas bases sociais, a prática do MST permite vislumbrar, nestes tempos difíceis, possibilidades de unificação de lutas por um modelo alternativo de sociedade.

Se lembrarmos o caráter intocado que o direito de propriedade tem na sociedade brasileira e se recuperarmos o processo constituinte recente, no qual as principais bandeiras da reforma agrária foram derrotadas pela forte articulação dos interesses fundiários da classe dominantes (Silva, 1987 e Veiga, 1990), é possível vislumbrar o potencial de radicalidade e a força social do projeto de luta pela terra que o MST vem assumindo. Mas a grande novidade apresentada pelo MST talvez consista na realização, já no decorrer da luta, de um exercício prático de viver coletivamente (Aued, 1997: 257-8).

Diversos estudiosos brasileiros tentam desvendar alguns dos aspectos que poderiam explicar o sucesso do MST enquanto movimento social radical e de sólida implantação na base da sociedade. É o caso, por exemplo, de Fernandes, que recorrendo aos conceitos de "territorialização" e "especialização", analisa os processos pelos quais os trabalhadores organizados no MST, por intermédio de ações concretas, como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações ocupações e reocupações de terras, etc., transformam a realidade, reescrevendo no espaço, nele registrando um processo de luta (1996:136).

Esta noção de especialização vinculada à luta dos movimentos sociais é fecunda, pois permite compreender, numa conjuntura de hegemonia burguesa, ilhas de resistência e de desenvolvimento de projetos societários alternativos. A experiência do MST parece confirmar as formulações de David Harvey (1992:197), que, recorrendo à de Certeau, considera que "a ressurgência de práticas populares na modernidade científica e industrial não pode ser confinada ao passado, ao campo nem aos povos primitivos, mas está presente no cerne da economia contemporânea. Os espaços podem ser 'libertados' mais facilmente do que Foucault imagina precisamente porque as práticas sociais especializam em vez de se localizarem no âmbito de alguma malha repressiva de controle social".

O MST conseguiu avanços significativos numa conjuntura de refluxo das lutas sociais por ter conseguido inserir profundamente sua ação no

questionamento da lógica espacial do capitalismo brasileiro. Sua constituição representa, sob vários aspectos, a construção e a conquista de um espaço de socialização política, de elaboração de um projeto societário alternativo ao projeto hegemônico. Neste sentido, apresenta propostas de desenvolvimento e práticas de atuação e de organização questionadoras do modelo vigente, inclusive no que se refere às posições mais defensivas de outras organizações populares.

Existe uma considerável margem de autonomia desse movimento em relação aos partidos políticos, inclusive aquele em cujos candidatos suas bases mais votam: o Partido dos Trabalhadores. O mesmo ocorre em relação à Central Única dos Trabalhadores. Como já vimos, dirigentes do MST consideram que o refluxo do sindicalismo e o apego de muitos membros do PT ao institucionalismo não se devem apenas à ofensiva neoliberal. Por exemplo, segundo Stédile, algo mais profundo estaria ocorrendo com os sindicatos. Estes teriam deixado de representar as grandes massas que foram jogadas na economia informal e “perderam o objetivo estratégico de mudar a sociedade”. O mesmo se aplicaria à maior parte dos governos petistas, sejam estaduais ou municipais. Stédile também afirma que a visão que os dirigentes do MST fazem “da maioria dos militantes do PT e da CUT” que ocupam postos nestes governos “é que estão apenas defendendo seus empregos. E estão gostando disso, o que é pior”. A mesma crítica de perda do sentido da transformação social é estendida às demais organizações da esquerda brasileira (Stédile, 1996: 8-9). A diferença é que, com estes, a relação é mais tênue: são partidos bem menores, com menor inserção entre os trabalhadores em geral e, menor ainda, entre os trabalhadores do campo.

Por outro lado — e talvez aí esteja a razão da rude franqueza de Stédile — a possibilidade de o MST realizar seu potencial transformador passa necessariamente por uma articulação com as lutas urbanas. Já existe uma estreita parceria com a CMP¹⁷ (Central dos Movimentos Populares). Ambos realizaram a marcha do 25 de julho, que culminou em manifestação na avenida Paulista, a principal de São Paulo. Com a participação ativa de membros do MST, surgiu na cidade de Campinas (SP), o MTST (Movimento de Trabalhadores Sem-Teto), que se volta para a organização dos setores “excluídos”, principalmente os desempregados.

Não é pouco. Mas será o suficiente? O destino do MST parece estar sendo jogado não somente nas ações dele próprio e do Estado brasileiro. Depende também de muitas forças que, combativas no passado, parecem haver perdido, ao longo dos anos 90, sintonia com as lutas do presente. Tudo indica que 1998 será um ano decisivo para os destinos do MST e do PT.

No momento em que escrevemos este artigo (dezembro/97),¹⁸ o *crash* mundial das bolsas afetou bastante as reservas cambiais e levou o governo a injetar, mais uma vez, bilhões de dólares para salvar o sistema financeiro. “As bolsas de São Paulo e Buenos Aires caíram, cada uma, mais do que o dobro da de Hong Kong, onde começou o segundo *round* da crise asiática”. O déficit das transações correntes cresceu de 4,32% do PIB para 4,43% em

17. A CMP (Central dos Movimentos Populares) nasceu, na década de 1990, das organizações sociais e comunitárias originárias da igreja católica progressista e sob a influência política do PT.

18. À véspera do fechamento da edição deste número de *Lutas Sociais*, em 6/10/98, não vemos nenhum motivo para alterar nossa avaliação.

novembro e as reservas recuaram. A perda de moedas estrangeiras chegou a 9.987 bilhões desde o auge da crise do mercado”.¹⁹ Tanto no plano interno como externo, o governo Cardoso parece ter perdido grande parte de seu encanto. Várias empresas estão revendo seus planos de se instalarem no Brasil, os pátios das indústrias automobilísticas estão abarrotados de automóveis “populares” (destinados à classe média) que não encontram compradores e, após uma febre de consumo que assolou os que mantiveram seus empregos, “inadimplência” passou a fazer parte do vocabulário corrente. Enfim, as previsões sobre o desempenho futuro da economia, mesmo quando emitidas por funcionários governamentais, são bastante sombrias em relação ao aumento do desemprego, à queda do nível de investimentos e aos efeitos de um novo ataque especulativo contra a moeda brasileira (bem como à argentina).

19. *Folha de S. Paulo*, 11/12/97.

20. Textos produzidos pelo MST demonstram aguda percepção dos obstáculos que as cooperativas têm de enfrentar. Por exemplo: “Estamos inseridos em um país capitalista, neoliberal, que tem como uma das prioridades tirar todo e qualquer subsídio agrícola e não está interessado em garantir a segurança alimentar dos seus habitantes. Como também está interessado em manter as importações com a finalidade de manter os preços dos produtos agrícolas baixos, podendo assim arrochar os salários dos trabalhadores urbanos. Portanto, estamos nadando

Paradoxalmente, estas chances representam, ao menos para o momento, mais problemas do que soluções, inclusive no que se refere às relações entre o MST e boa parte das correntes que formam o Partido dos Trabalhadores. Pois, maiores as chances, maior o risco do eleitoralismo e, com ele, a fluidez no programa e a tendência a desestimular o componente não parlamentar — e mesmo não institucional — das lutas sociais. Não por acaso, nestes dias já veio a público a primeira discordância entre João Pedro Stédile e a alta direção do PT em torno de um ponto crucial do programa eleitoral a ser adotado pelo partido: o que fazer com o sistema financeiro. A afirmação, feita por Stédile, de que um governo de esquerda deveria penalizar fortemente este sistema, inclusive estatizando-o, foi contestada veementemente por Lula e por José Dirceu (atual presidente do partido). Eis um divisor de águas crucial, até porque as próprias cooperativas ligadas ao MST, na medida em que se integrem à “economia de mercado” tenderão a sofrer na carne os efeitos da política que privilegia o grande capital “financeiro”²⁰.

Como afirmou o poeta, a vida é a arte do encontro, embora haja tantos desencontros pela vida. O MST é o que há de mais vivo nas lutas sociais no Brasil, hoje. A quantos desencontros resistirá? Pagar para ver pode representar um custo político muito elevado para todos os que se empenham em construir, na prática, uma plataforma de lutas que promova um encontro cada vez mais necessário e que, agora, graças em grande parte à atuação do MST, também se revela possível. Não exatamente um encontro de organizações (embora também passe por isso), mas entre as lutas das grandes massas de trabalhadores (empregados ou não) da cidade e do campo.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. (1988). *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista (as greves de 1978/80)*, São Paulo, Ensaio.
- AUED, Bernadete. (1997). “Reforma agrária e movimento dos trabalhadores sem-terra”. In: Rampinelli, Waldir J. e Ouriques, Nildo D. (orgs.), *No fio da navalha — crítica das reformas neoliberais de FHC*, São Paulo, Xama.

- BOITO JR., Armando. (1991)., *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas/São Paulo, Unicamp/Hucitec.
- CALDART, Roseli e SCHWAB, Bernadete (1991). "Educação das crianças nos acampamentos e assentamentos". In Görger, Sérgio A., e Stédile, João P. (orgs.), *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*, Petrópolis, Vozes.
- CONCRAB. *Caderno de Cooperação Agrícola*, 5, abril/97 (Sistema Cooperativista dos Assentados).
- FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo, Hucitec.
- HARVEY, David. (1992). *A condição pós-moderna*, São Paulo.
- MARTINS, José S. (1997). "Sociologia e militância: entrevista com José de Souza Martins". *Estudos Avançados*, 31.
- NAVARRO, Zander (1997). "Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária". In Stédile, João P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*, Petrópolis, Vozes.
- PETRAS, James (1997). "Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina". In Stédile, João P. (org.). *Op. cit.*
- _____. (1997). "As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina". *Lutas Sociais*, 2.
- SILVA, José G. (1987). *Caindo por Terra*. São Paulo, Busca Vida.
- STÉDILE, João P. "A luta pela reforma agrária e o MST". In Stédile, João P. (org.). *Op. cit.*
- _____. *Questão agrária no Brasil*, 2ª ed.. São Paulo, Atual, 19.
- _____. "João Sem Terra", entrevista concedida a *Atenção*, 6, 21/5/96, p. 12.
- _____. "O MST e a questão agrária: entrevista com João Pedro Stédile", *Estudos Avançados*, 31.
- _____. (19:12).
- VEIGA, José E. (1990). *A reforma agrária que virou suco*, Petrópolis, Vozes.
- MST (*home page*) "Elementos fundamentais da história do MST"
 "Balço da reforma agrária em 1997 (até 30 de junho)" —
 "A ociosidade das terras no Brasil — 1988".
 "Continuamos em marcha contra o neoliberalismo".
- Folha de S. Paulo*. 8/12/97, 30/6/96. "Conflitos no campo – Brasil 1995"
- Veja*, n. 1491, 16/4/97) e n. 1492, 23/4/9

contra a maré.
 Não haverá
 garantia de
 preços
 condizentes
 com os custos
 de produção.
 Não haverá
 seguro
 agrícola e o
 volume de
 recursos para
 o crédito rural
 continuará a
 diminuir.
 Temos que nos
 dar conta de
 que muitas das
 dificuldades
 que
 enfrentamos
 são as
 mesmas que
 enfrentam os
 demais
 pequenos e
 médios
 agricultores"
 (Concrab,
 1997: 39).